

**AMBIENTALIZAÇÃO TRAVADA: SISTEMA DE DOMINAÇÃO E SEUS EFEITOS
EM CAETÉ-TAPERAÇU, UMA RESEX MARINHA NA AMAZÔNIA**

***AMBIENTALIZACIÓN OBSTACULIZADA: SISTEMA DE DOMINACIÓN Y SUS
EFECTOS EN CAETÉ-TAPERAÇU, UNA RESERVA MARINA EXTRACTIVA EN LA
AMAZONIA***

***ENVIRONMENTALIZATION LOCKED IN: DOMINATION SYSTEM AND ITS
EFFECTS IN CAETÉ-TAPERAÇU- RESEX, A MARINE EXTRACTIVE RESERVE IN
THE AMAZON***



Maria José da Silva Aquino TEISSERENC¹
e-mail: mjteisserenc@uol.com.br



Pierre TEISSERENC²
e-mail: pierre-teisserenc@wanadoo.fr

Como referenciar este artigo:

TEISSERENC, M. J. S. A.; TEISSERENC, P. Ambientalização travada: Sistema de dominação e seus efeitos em Caeté-Taperaçó, uma Resex marinha na Amazônia. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. esp. 2, e023016, 2023. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v28iesp.2.17591>



| **Submetido em:** 15/08/2023
| **Revisões requeridas em:** 19/10/2023
| **Aprovado em:** 05/11/2023
| **Publicado em:** 29/12/2023

Editora: Profa. Dra. Maria Chaves Jardim
Editor Adjunto Executivo: Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Doutora em Ciências Humana (Sociologia).

² Universidade Paris-Descartes; École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris – França. Doutor em Sociologia.

RESUMO: Neste artigo discute-se as relações entre impasses identificados na experiência da Resex Caeté-Taperaçu (Bragança-PA) e as estruturas de poder local na Amazônia. Na perspectiva de análise são acionados a referência do sistema de engendramento, assim como a da ambientalização, do autoritarismo e sua permanência na construção da sociedade brasileira e na implementação de políticas públicas. Na situação estudada foram identificadas diferenças de resultado em relação a duas outras Resex vizinhas, a de Curuçá e a de São João da Ponta, nas quais, enquanto instrumento de política pública, a Resex ofereceu condições de uma alternativa ao desenvolvimento de um território graças à aprendizagem de novas práticas econômicas, sociais e políticas, as quais, por sua vez, produziram localmente alterações no sistema de dominação. Em Bragança-PA, onde os atores da esfera do conhecimento científico e da esfera religiosa não se constituíram em forças capazes de confrontar a esfera política, as práticas autoritárias e violentas de seus principais atores permaneceram e ainda mais confortadas na atual conjuntura vivida no Brasil desde 2014.

PALAVRAS-CHAVE: Resex. Ambientalização. Sistema de dominação. Engendramento. Amazônia.

RESUMEN: Este artículo trata sobre las relaciones entre las dificultades identificadas en la experiencia de Reserva extractiva (Resex) Caeté-Taperaçu (Bragança-PA) y las estructuras de poder locales en la Amazonía. Desde la perspectiva del análisis, la referencia del sistema de engendramiento, así como la de la ambientalización, el autoritarismo y su permanencia en la construcción de la sociedad brasileña y la implementación de políticas públicas. En la situación estudiada, se identificaron diferencias en los resultados con relación a otras dos Resex vecinas, Curuçá y São João da Ponta, en las cuales, como instrumento de la política pública, la Resex ofreció condiciones para una alternativa al desarrollo de un territorio gracias al aprendizaje de nuevas prácticas económicas, sociales y políticas, que, a su vez, produjeron localmente alteraciones en el sistema de dominación. En Bragança, donde los actores en la esfera del conocimiento científico y la esfera religiosa no constituyeron fuerzas capaces de enfrentarse a la esfera política, las prácticas autoritarias y violentas de sus principales actores permanecieron y se reconfortaron aún más la situación actual que vive Brasil desde 2014.

PALABRAS CLAVE: Reserva Extractiva. Ambientalización. Sistema de dominación. Engendramiento. Amazonía.

ABSTRACT: This article discusses the relationships between the impasses identified in the experience of Caeté-Taperaçu Resex (Bragança-PA) and the Amazon's local power structures. The analysis perspective uses references to the system of engendering, as well as that of environmentalization, authoritarianism, and its permanence in the construction of Brazilian society and in public policies implementation. In the situation investigated, there were differences in the results in relation to two other neighboring Resex, Curuçá and São João da Ponta, where, as an instrument of public policy, the Resex offered an alternative to the development of a territory, thanks to new economic, social, and political practices, which, by their turn, produced changes in the local system of domination. In Bragança, where the players of the scientific knowledge sphere and the religious sphere have not become forces capable of confronting the political sphere, authoritarian and violent practices of its major players have remained and even more comforted in the current conjuncture experienced in Brazil since 2014.

KEYWORDS: Resex. Environmentalization. Domination System. Engendering. Amazon.

Introdução

Em recente publicação, a Reserva Extrativista (Resex) Marinha Caeté-Taperaçu, situada no município de Bragança-PA (TEISSERENC; TEISSERENC, 2020), constituiu objeto de análise enquanto instrumento de política pública (TEISSERENC, 2009) objetivando oferecer condições favoráveis à produção de ações territoriais para promover o desenvolvimento sustentável de um território em um contexto de ambientalização (LEITE LOPES, 2006). A referência ao quadro teórico proposto por Bruno Latour (2017), em especial sua discussão sobre as razões da ecologia política não ter alcançado uma mobilização compatível aos desafios que procura enfrentar, nos leva a perceber que, embora a ambientalização tenha permitido colocar no espaço público novos desafios, não foi capaz de assegurar às populações superações das situações nas quais sobre elas recaem ameaças e destruições quanto aos seus modos de vida e suas territorialidades. Essa incapacidade da ambientalização fez recuar essas populações diante de certos desafios, a menosprezar formas de solidariedade e preferir desregulações em termos de gestão e controle de seus territórios, assim como as levou a compartilhar ideias das elites obscurantistas que as dominam.

Estava-se longe de imaginar a rapidez com a qual o Brasil iria cada vez mais aprofundar uma crise que, econômica em sua origem, se transformaria, a partir do impeachment da Presidenta Dilma Roussef em 2016 e da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, em crise política, antes de se tornar uma crise moral e constitucional, com o dirigente máximo do país e seus seguidores colocando em causa a constitucionalidade, ao desprezarem o Estado democrático de direito³, ao preconizarem, o retorno à ditadura⁴. Esta crise, marcada pelo autoritarismo e a intolerância, sofre um revés importante nas eleições presidenciais de 2022, com a vitória de um projeto político, pautado na inclusão social e fortalecimento democrático, representado pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva empossado no dia primeiro de janeiro de 2023. Mas, é das bases socioculturais desse ressurgimento do autoritarismo e da intolerância, de modo ostensivo no Brasil, antes das últimas eleições presidenciais, que trata Lília Moritz Schwarcz em seu livro

³ A propósito, entre as análises das ciências sociais sobre os acontecimentos no Brasil, durante o governo anterior, conferir o artigo “*Bolsonaro ou les térmites du Brésil*” do sociólogo Frédéric Vanderberghe (2021).

⁴ Significativa é a flexibilização na ocupação de cargos nas agências públicas ambientais a partir de 2019. Até então ocupados por funcionários públicos com competência técnica na área do meio ambiente, os cargos de direção de unidades e subunidades, por exemplo, do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), passaram a ser ocupados por militares. O que se intensificou com a publicação do Decreto n. 10.341, de 06 de maio de 2020. Na direção do ICMBio, tomou posse em novembro de 2021 o quarto militar nomeado desde a publicação do referido decreto (BRASIL, 2020).

Sobre o autoritarismo brasileiro (2019), obra cuja leitura em muito inspirou o conteúdo do presente artigo.

De fato, neste artigo nos propomos a analisar a experiência da Resex Caeté-Taperaçu com o objetivo de identificar as causas de seu impasse e delas retirar ensinamentos sobre a permanência de um sistema de dominação e seus efeitos sobre o funcionamento da Reserva. Nosso diagnóstico da situação da respectiva Resex apoia-se em observações sistematizadas sobre duas outras Resex implementadas na mesma faixa litorânea do estado do Pará na qual se encontra a Caeté-Taperaçu, através das quais foram abertas vias de enfrentamento dos efeitos da dominação (TEISSERENC, 2016a). Nesse sentido, procederemos inicialmente a uma apresentação do quadro de análise que permite questionar a ressurgência das formas de autoritarismo descritas por Schwarcz (2019) quando do retorno a uma situação política que remete a períodos anteriores da história do Brasil marcados por ditaduras. Em seguida retomam-se resultados de pesquisas sobre São João da Ponta e Mãe Grande de Curuçá, as duas outras Resex, a partir das quais refletimos sobre a de Caeté-Taperaçu, para demonstrar aspectos da redemocratização da vida local reveladores de experiências capazes de oferecer uma alternativa ao sistema de dominação, que prevalece até o presente, e assim contribuir para seu questionamento. Após, na terceira seção do artigo, trazemos o resultado de pesquisas sobre Caeté-Taperaçu, procurando demonstrar como sua incapacidade em produzir ações territoriais através de um uso adequado das ferramentas oferecidas pela Reserva – em particular o trabalho de deliberação no Conselho Deliberativo – se explica por toda uma série de fatores que contribuíram para a ressurgência do sistema de dominação e com isso foi liberado o caminho para as práticas e estratégias autoritárias. Não procederemos a um inventário exaustivo dessas práticas e dessas estratégias; com base nos pressupostos de Schwarcz (2019), nos limitaremos a observações sobre três esferas particulares da vida local: a esfera política face ao desafio ambiental, à esfera religiosa e à esfera do conhecimento científico.

Origem do autoritarismo e da dominação

Schwarcz (2019) considera que se

[...] o mito da democracia racial, de forte impacto no país, é bom pretexto, portanto, para entender como se formam e consolidam práticas e ideias autoritárias no Brasil, o patriarcalismo, o mandonismo, a violência, a desigualdade, o patrimonialismo, a intolerância social são elementos teimosamente presentes em nossa história pregressa que encontram grande ressonância na atualidade (SCHWARCZ, 2019, p. 26).

Em seu argumento a autora refere fenômenos significativos nos quais se encontram “algumas das raízes do autoritarismo no Brasil que têm aflorado no tempo presente” (SCHWARCZ, 2019, p. 26); ocasião para demonstrar como o olhar do país sobre seu passado é condicionado por uma narrativa justificadora de práticas violentas inerentes a um autoritarismo constante em sua história. Refutando a ideia de uma continuidade mecânica entre o passado e o presente, Schwarcz (2019, p. 63) propõe uma explicação que evidencia a existência da “raiz autoritária de nossa política que corre o perigo de prolongar-se, a despeito de novos estilos de governabilidade”. Como exemplo, a autora refere a maneira como os diferentes regimes conservadores vividos no país investiram na desconsideração das conquistas sociais de minorias como as comunidades indígenas, quilombolas, LGBTQI+, etc. “transformando-as em estrangeiros em sua própria terra”, por desconhecimento de sua história e construindo uma mitologia que “não se sustenta perante a história, procura tornar invisíveis sujeitos sociais que estavam no Brasil antes mesmo de ele ser Brasil” (SCHWARCZ, 2019, p. 173).

O autoritarismo, que reestreia no Brasil a partir das mobilizações de 2013, observado por Schwarcz (2019) manifesta-se pelo caráter arbitrário das práticas violentas que engendra e pela impunidade de seus atores; tantas constatações a provar “como a violência no Brasil e o combate a ela tem não só cor, geração e classe social, mas também sexo e gênero” (SCHWARCZ, 2019, p. 216). Esse retorno do autoritarismo ao primeiro plano da cena se explica pela magnitude dos efeitos econômicos da crise que se abate sobre o país sob as formas de uma queda no poder de compra e de um aumento do desemprego e da pobreza. Explica-se também um tal retorno pela emergência, no campo político, de um fenômeno, que a autora descreve como aversão. “Uma aversão à insegurança nas ruas, uma aversão ao crescimento do crime organizado, uma aversão à desorganização do Estado tomado pelos interesses privados, uma aversão aos políticos fisiológicos, uma aversão aos intelectuais, uma aversão aos novos atores políticos, enfim, uma aversão a tudo que não ‘nos’ diz respeito ou não ‘nos’ representa” (SCHWARCZ, 2019, p. 215-216).

Tais aversões, relacionadas a muitos domínios da vida social, provam que o repúdio que elas exprimem é amplo e coloca mesmo em causa a sociedade em seu conjunto; um repúdio cujas raízes devem ser buscadas, primeiro, na maneira como se construiu a nação brasileira desde a Independência (1822), passando pela Abolição da Escravatura (1888) até a Proclamação da República (1889) e, segundo, na maneira como se constituiu o Estado-nação

ao longo do século XX, marcado pela urbanização e a industrialização. Schwarcz (2019) justifica sua interpretação considerando que, nesta sociedade originária da colonização, analisada por inúmeros autores⁵, fortemente marcada pela escravidão, cuja abolição não se efetuará senão no fim do século XIX, a República que põe fim ao Império, será organizada com base em um sistema de dominação de natureza escravagista, reinante em todo o período colonial e que, em suas bases essencialmente rurais, perdurará após a Independência.

Uma das questões que a interpretação histórica de Schwarcz (2019) tenta responder é porque esse sistema de dominação permaneceu no processo de criação de instituições políticas constitutivas do Estado brasileiro mesmo quando ocorre a transferência da riqueza e do poder do mundo agrário para os centros urbanos e a industrialização se expande. Esta interrogação sobre a permanência do sistema de dominação encontra no livro de André Botelho, *O Retorno da sociedade: política e interpretações do Brasil*, elementos de resposta, considerando “as reviravoltas na espiral da democratização do Brasil contemporâneo” (BOTELHO, 2019, p. 184), ou seja, nos últimos cinquenta anos. Deste livro, trazemos sobretudo a ideia de uma sociedade brasileira sempre em construção, que não viveu a mesma história das sociedades europeias e americana. Com Schwarcz (2019), Botelho (2019), em sua perspicaz análise das interpretações sociológicas do Brasil, compartilha a perspectiva de que a ausência de ruptura social na história do país – diferente do que ocorreu com os Estados Unidos e a França, países que viveram respectivamente suas revoluções emblemáticas – confere ainda mais importância à referência ao passado para que se compreenda o estado atual da sociedade. Assim, “as interpretações do Brasil existem e são relidas no presente, não como suposta sobrevivência do passado, mas orientando as escolhas de pessoas e imprimindo sentido às suas experiências coletivas” (BOTELHO, 2019, p. 283). Uma referência ao passado tão marcante, no caso do Brasil, a ponto de estar no “peso de uma herança cultural” a origem de um conservadorismo ou de um tradicionalismo geradores de “formas de socialização modeladas pelo regime de escravidão” (BOTELHO, 2019, p. 174) que teriam resistido na passagem do mundo rural ao mundo urbano e que continuam, até o presente, a influenciar as relações de trabalho em uma sociedade que se tornou industrial e capitalista.

Uma das características dessa herança estaria precisamente “na dinâmica das relações de dominação política na sociedade brasileira” (BOTELHO, 2019, p. 53). De fato, “os homens livres pobres ganham inteligibilidade sociológica inseridos no âmbito da dominação marcada

⁵ Cf. Gilberto Freyre (2006), Maria Izaura Pereira Queiroz (1976), Maria Sílvia de Carvalho Franco (1997), Francisco de Oliveira Vianna (1973) entre outros.

por relações diretas, pessoais e violentas, que formam uma rede de contraprestações de toda sorte de serviços prestados e favores recebidos” (BOTELHO, 2019, p. 56). A partir de diferentes teses produzidas pelas primeiras gerações de cientistas sociais no Brasil, Botelho (2019) reconhece no pensamento de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), e de Maria Sílvia Carvalho Franco (1997), uma dimensão pessoal presente nesta dominação, violenta por natureza, e explorada pelo poder político, que dissimula, transforma, por exemplo, o voto – expressão de uma opinião em ambientes democráticos – em bem de troca, assim ocultando-se tensões e impossibilitando a conscientização política dos dominados.

Segundo André Botelho (2019), a permanência desta dominação pessoal desempenhou um papel importante na constituição do Estado-nação moderno. Para compreender esta permanência, se se admite que uma das características do Estado-nação é a “articulação entre autoridade pública e solidariedade social” (BOTELHO, 2019, p. 23). Parece que, no caso do Brasil, esta solidariedade social restringe-se à família “que constituía unidade central na sociedade e da posição nela ocupada advinha diretamente o status do próprio indivíduo” (BOTELHO, 2019, p.80); perspectiva identificada em Queiroz (1976), para quem “a base social fundamental de nossa vida política “é a solidariedade familiar, marca indelével de nossas origens e que aflora constantemente no fluxo do processo político” (BOTELHO, 2019, p. 104). Em sua interpretação do *coronelismo*, Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976, p. 190) caracteriza o fenômeno por uma solidariedade em interação permanente com o conflito “como duas faces da mesma moeda, [...] inerente, complementar e recíproca, por mais ambígua e paradoxal que seja a parêntese” e que está na origem de uma violência indissociável desta interação entre solidariedade e conflito. O resultado é uma combinação entre esses três fatores, que constitui, para a autora, a base da dominação política e a razão da “conservação da estrutura de parentelas” e sua “acomodação” a “diversas formas políticas que sucessivamente se instalaram no país – colônia, império, república” (BOTELHO, 2019, p. 108).

Em um contexto histórico caracterizado pelas persistentes desigualdades na estrutura social, uma tal concepção da família dá origem a “uma capacidade de apropriação privada das instituições públicas” por parte dos detentores do poder, com um único objetivo: “promover seus interesses particulares” (BOTELHO, 2019, p. 72). Esta interpenetração privado/público manteve-se em meio às mudanças de regime político ocorridas no Brasil apesar das transformações sociais que acompanharam a modernização urbano-industrial. O resultado, demonstrado no estudo em referência, com base em Maria Sílvia de Carvalho Franco (1997), é

que a regulação das relações sociais operada pelas instituições políticas se faz pela dominação pessoal e disso decorre um exercício do poder como se este fosse propriedade de quem governa.

Nas conclusões da análise de André Botelho (2019) está a constatação do paralelismo produzido pela dominação pessoal, entre a fragmentação das formas de solidariedade e uma fragmentação da capacidade da ação coletiva, que depende de condições favoráveis à sua implementação. Considerando a “inscrição de uma lógica privatista no próprio funcionamento das instituições do Estado e a naturalização de assimetrias sociais profundas”, essas fragmentações “redefiniram as formas de participação social, limitando o alcance do processo de democratização da sociedade brasileira”. Uma sociedade que permanece “fragmentada, excludente e autocrática” (BOTELHO, 2019, p. 184).

Ação Pública e a permanência do sistema de dominação

O poder local como sistema de dominação

O paralelismo entre a fragmentação das formas de solidariedade e a fragmentação da capacidade de ação coletiva em razão da interpenetração do privado no público e a lógica privatista no funcionamento das instituições públicas nos interessa especialmente na medida em que uma das características da Reserva Extrativista (Resex) como instrumento de política pública é sua capacidade, quando as circunstâncias locais favorecem, em promover ações coletivas que contribuem para o desenvolvimento do território (TEISSERENC, 2016) a partir do trabalho no Conselho Deliberativo. Vejamos mais de perto.

Em exercício de compreensão do poder local, sustentado na referência às práticas do *coronelismo*, foi demonstrado que no contexto amazônico a dominação exercida no período colonial foi reatualizada no ciclo da borracha sob a forma do *aviamento*⁶ (TEISSERENC, 2016b). No *aviamento* a situação de dependência, de sujeição, do *seringueiro* é emblemática. Um homem trabalhando habitualmente sozinho em percursos de colheita do látex no interior da floresta, cobrindo em média uma área de 300 hectares, cujo contato com o mundo exterior

⁶ O *aviamento* é um sistema que se desenvolveu e se fortaleceu durante o curto período do *Ciclo da Borracha*. Uma imigração importante de origem sírio-libanesa e judia, vinda sobretudo do norte da África para a Amazônia forneceu muitos dos que organizaram uma cadeia hierárquica monopolizando a distribuição dos bens manufaturados vindos do exterior e o escoamento da produção da borracha. “Entre o ‘maior’ patrão situado em Manaus ou Belém e o ‘menor’ freguês situado nos sertões mais profundos há uma complexa cadeia hierárquica de poder, de natureza étnica, social e política, que incluiu entre os ‘aviados’ e os chamados ‘caboclos’, mas também nordestinos pobres, indígenas e quilombolas; e entre os ‘aviadores’ imigrantes portugueses, espanhóis, árabes de origem libanesa e síria, judeus do norte da África e também migrantes nordestinos, incluídos os funcionários públicos e militares” (MEIRA, 2018, p. 107).

era intermediado por seu patrão, o *seringalista*. Ao patrão era “vendida” a produção e dele mesmo o *seringueiro* “comprava” os meios de subsistência para si e sua família. Dessa relação de troca, na qual nunca ou quase nunca se utilizava moeda, resultava uma dívida permanente do *seringueiro* para com o *seringalista*. Uma dívida que levava o *seringueiro*, enquanto dominado, a ter o explorador em grande consideração, pois “elogiado – e amado – pela generosidade de seus pequenos serviços e presentes. A ponto de se tornar um protetor e redistribuidor paternal” desde que “o destinatário de sua generosidade, que o mesmo exclui de todo acesso autônomo ao mercado, nele creia, obedeça-lhe e para ele trabalhe.” (GEFFRAY, 1996, p. 156, tradução nossa). Esse paternalismo, segundo Philippe Léna (1996), se fortaleceu com a chegada da República e, em seguida, com o acesso ao voto por toda a população assumiu a forma de um clientelismo político⁷. Por parte dos eleitores, este clientelismo se manifesta pela busca de vantagens garantidas pelos poderes públicos e intermediadas pelos localmente “bem” posicionados em termos de mando. A figura emblemática do coronel⁸, existente desde o período imperial, é assim bastante fortalecida.

Continua sendo atualizada a utilização, por parte de prefeitos, dos recursos resultantes de sua função de intermediário entre diferentes níveis da administração pública (municipal, estadual e federal) ou entre os diferentes setores da vida pública. Decorre disso, então, que a intervenção do gestor público, em boa parte dos casos ainda resulta de sua capacidade de intervir na vida privada de seus eleitores, de suas famílias e de suas comunidades (arbitragens familiares, compromissos religiosos etc.). Intervenção materializada, por exemplo, em um uso perverso dos contratos locais da Prefeitura. Contratos para os quais o acesso será favorecido aos que aceitarem por eles pagar com o apoio político. Sobretudo nos setores da educação e saúde públicas, os empregos precários são negociados anualmente mediante avaliações arbitrárias, não da competência dos contratados e sim do comportamento destes em relação ao detentor do poder (TEISSERENC, 2016b). Compromissos assim são estabelecidos levando a situações de insegurança, de desconfiança, medo de represálias caso o apoio político seja retirado e por isso denunciado. Em um contexto em que ter um emprego temporário se constitui

⁷ O coronel é aquele que exerce certas funções locais de manutenção da ordem e serve de intermediário entre o governo do estado e os habitantes (LÉNA, 1996). Essa função de intermediário, em momentos de eleição, cumpre-se através de promessas de garantias individuais feitas aos eleitores para que votem no candidato apoiado pelo coronel.

⁸ Como exprimiu Philippe Léna (1996, p. 115-116, tradução nossa): “pensamos que o clientelismo eleitoral, muitas vezes considerado pelos analistas políticos como uma categoria à parte, deve ser integrado ao conjunto de mecanismos estudados aqui [...]. A história confirma suas ligações estreitas com as outras formas de dominação-exploração baseadas na dependência pessoal”.

em “benção” obtida junto a um padrinho político, a incerteza da renovação do contrato é uma fonte inesgotável de angústia.

Os sentimentos de desconfiança e de medo, que caracterizam relações entre membros de comunidades sob dominação, possuem algo de paradoxal. Entre os membros dessas comunidades existe uma capacidade de iniciativa coletiva considerável, tal sendo o caso dos mutirões, da organização de festas de padroeiros e outros rituais, testemunho de uma sociabilidade que confere bastante sentido à vida coletiva.

A deliberação sob o risco da dominação

Esse paradoxo nos interessa, sobretudo porque, como indicado na Introdução, a Resex é um instrumento de política pública capaz de desempenhar um papel ativo na produção de ações coletivas territoriais a partir de um uso adequado das ferramentas e dos recursos dos quais dispõe. No entanto, a permanência do sistema de dominação constitui geralmente um freio a esta capacidade de produção dado o estado de dependência (tutela) que o poder local mantém em relação aos eleitores e o seu potencial de criar um clima social desagregador. Nesse sentido, as experiências das Resex de Curuçá e São João da Ponta demonstraram a importância a ser atribuída ao Conselho Deliberativo, a partir do momento em que este consegue reunir condições de funcionamento enquanto um espaço público, lugar privilegiado de concertação e de negociação de compromissos necessários à realização de ações coletivas legítimas em um contexto de ambientalização. Pesquisas demonstraram que o trabalho do Conselho Deliberativo pode contribuir para experiências democráticas envolvendo um território em seu conjunto e que, os membros do Conselho, representantes de comunidades sobretudo, tendem nesse caso a se impor enquanto atores políticos aptos a negociar acordos (TEISSERENC, 2016a).

De fato, com o reconhecimento constitucional da participação através de conselhos consultivos ou deliberativos⁹, o trabalho do Conselho de uma Resex se impõe como uma atividade política (TEISSERENC, 2016), contribuindo assim para a renovação da democracia local. Essa renovação das práticas, na forma de aprendizagens coletivas¹⁰, trouxe especialmente como efeito a interpelação das estratégias do poder local colocando em causa o sistema ao qual se integram.

⁹ Cf. Pedro R. Jacobi (2002).

¹⁰ Caberia retomar aqui observações feitas por Callon, Lascoumes e Barthe (2001) sobre a importância da aprendizagem coletiva para a condução adequada dos debates socio-técnicos e para facilitar a contribuição às mudanças sociais, técnicas e políticas.

A experiência das Resex de Curuçá e de São João da Ponta confirma que dois fatores desempenharam papel decisivo na criação de condições favoráveis ao trabalho de deliberação do Conselho: primeiro, a mobilização das comunidades em torno de ações coletivas de caráter ambiental resultante do trabalho do Conselho; segundo a politização dos desafios locais com base em situações nas quais o Conselho se implicou na construção de soluções com base em exigências ambientais. Sob o efeito desses dois fatores, a mobilização das comunidades se fortaleceu. Um fortalecimento obtido ao se levar em conta as questões ambientais e ao ser conferida legitimidade aos segmentos da população local, enquanto comunidades tradicionais, envolvidos com a Resex. A mobilização foi assim enriquecida em termos de inovações de vários tipos que concernem tanto ao modo de produção desenvolvido por essas populações, pescadoras e coletoras de crustáceos, e seus modos de vida, quanto às formas de democracia implementadas no território; em particular, o trabalho deliberativo dentro do Conselho.

Quanto à politização das situações locais¹¹, tal foi verificado como consequência da função cada vez mais política assumida pelo Conselho Deliberativo em um contexto de ambientalização afirmada. Assim sendo, o trabalho do Conselho, ao se orientar pela negociação dos acordos, elaboração dos projetos, produção das regras, organização do trabalho coletivo, concepção de dispositivos de controle etc., se concretizou em decisões reconhecidas, tomadas em práticas deliberativas, enquanto atividades políticas, uma vez que, tanto em Curuçá quanto em São João da Ponta, um acordo implícito foi estabelecido entre políticos eleitos e os membros do Conselho (TEISSERENC, 2016). A legitimidade dessas decisões se baseia no reconhecimento do caráter deliberativo do trabalho do Conselho e, em contexto propício, nas exigências ambientais que as informam; esta legitimidade, comprova o reconhecimento de comunidades enquanto conjunto de cidadãos com direitos e deveres quanto ao uso e à gestão dos recursos de um espaço. Reconhecimento que se faz por meio de um dispositivo legal, chamado Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) vinculando assim ao Estado, como Contratante, as comunidades como Contratadas. A experiência dessas duas Resex demonstra que tais mudanças de práticas políticas abrem caminho ao enfrentamento do sistema de dominação¹² (TEISSERENC, 2016a.), na forma de novos tipos de alianças entre os

¹¹ A politização em questão é o resultado de “um acordo prático entre agentes sociais” – os eleitos e seus parceiros –, inclinados a transgredir regras tradicionais que codificam o funcionamento da ordem local, com a finalidade de requalificar toda sorte de práticas sociais em atividades políticas e a transformar as relações sociais, suas formas de intercâmbio e de comunicação, alguns de seus compromissos para que venham a ser “elementos ou regras do espaço político” (LAGROYE, 2003, p. 360, tradução nossa).

¹² Evidentemente colocá-lo em causa não significa o desaparecimento puro e simples de tal sistema. Significa que a implementação dessas novas práticas contribui para a redefinição das relações entre os diferentes protagonistas locais na forma de uma denúncia das relações de força anteriores.

principais atores do poder e pela emergência de novos atores procurando promover e experimentar um referencial de desenvolvimento do território alternativo, pois orientado pelas exigências ambientais¹³.

Um território à prova das estratégias e práticas de dominação

Comparada às Resex de Curuçá e de São João da Ponta, a de Caeté-Taperaçu, em Bragança-PA, contém todos os ingredientes requeridos para, como suas vizinhas, ser bem-sucedida. As três Resex incidem em território de manguezal, que se estende por toda a costa nordeste do estado do Pará, indo até o estado do Amapá, e a oeste até o estado do Maranhão¹⁴. Ainda mais que, diferente de suas vizinhas, a Caeté-Taperaçu apresenta a vantagem comparativa de ser situada em um município que possui um polo universitário, referência em Biologia ambiental, e de estar ligada à uma cidade de porte médio em expansão. Para dar conta da questão do insucesso dessa experiência, pois que a Resex não chegou a colocar em causa o sistema de dominação em um contexto de ambientalização, destacaremos três formas de dominação:

- Uma dominação mantida pelo poder na passagem do rural ao urbano em um contexto de ambientalização.
- Uma dominação pelo domínio do saber.
- Uma dominação pelo controle dos instrumentos de ações públicas.

Uma dominação mantida pelo sistema de poder na passagem do rural ao urbano em um contexto de ambientalização

Para caracterizar em alguns traços a Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu¹⁵, é essencial situá-la em relação estreita com Bragança-PA, um município de 115.000 habitantes que durante o século XX recebeu uma migração importante originária dos estados do Maranhão e do Ceará, em especial pescadores atraídos pela riqueza marinha desta região de manguezal.

¹³ Esse novo contexto não é outro que o da ambientalização. Os caminhos abertos à denúncia do sistema de dominação pelas experiências deliberativas em curso fazem eco aos debates que acompanham a emergência de um novo modelo de desenvolvimento socioambiental, seus desafios respectivos à “governança territorial ambiental” (TEISSERENC, 2016, p. 239-240).

¹⁴ Trata-se de uma faixa litorânea contínua de mais 700 quilômetros. Esses manguezais são considerados os mais extensos e mais preservados existentes hoje no mundo. 9.900km² dos quais cerca de 85% se encontram na Amazônia legal. (AGUILERA, 2021).

¹⁵ A Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (REMCT) é uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável. Seu perímetro cobre 20%, aproximadamente 42 mil hectares, da área do município de Bragança, distante 215 quilômetros a nordeste de Belém, capital do estado do Pará.

Muitos dos migrantes se instalaram em zona rural e se organizaram em comunidades, e outros se instalaram na cidade para, a partir daí, desenvolverem suas atividades de pesca, ocupando três bairros que foram integrados ao perímetro da Reserva. Desta história resultou, uma tradição de mobilidade tanto geográfica quanto profissional que se traduz em movimentos de população entre o centro da cidade e suas vilas secundárias ou outras da região e por mudanças de atividades profissionais provisórias dependendo se a moradia é no campo ou na cidade.

A expansão de Bragança-PA ao longo do século XX, a exemplo do que se passou no conjunto do país e na Amazônia¹⁶, acompanhou-se de uma expansão das classes médias, categorias sociais geralmente exigentes em termos de serviços, entre estes os do lazer. Aliás, uma tal expansão rápida e intensificada nos últimos anos é considerada, por certos autores, fator essencial para compreender a crise política que atravessa o país¹⁷. Nesta região costeira, componente da maior faixa contínua de manguezal em adequado estado de conservação, a atração pelas praias oceânicas constituiu-se em objeto de políticas de desenvolvimento via turismo; em Bragança, tal atração levou à construção de uma estrada, iniciada nos anos de 1970 (OLIVEIRA; HENRIQUE, 2018), para viabilizar o acesso à praia. Esta operação trouxe instabilidade para a conservação do manguezal e suscitou polêmicas quando da criação da Resex no início dos anos 2000¹⁸. No plano econômico, nesse território de manguezal atravessado pelo rio Caeté, por igarapés e ligado ao oceano, as atividades pesqueiras e de extrativismo de mariscos é uma das mais importantes do estado do Pará. Aliás, é em Bragança que se encontra uma das maiores frotas de embarcações equipadas para acesso ao alto mar. As práticas de pesca desenvolvidas por tal frota são práticas consideradas predatórias, pouco controladas até o presente, que afetam os ecossistemas e que constituem uma ameaça ao conjunto das zonas costeiras do nordeste paraense e aos pescadores artesanais e extrativistas marinhos cujo modo de vida depende dos meios aquáticos. É conhecida a reputação dos pescadores do município de Bragança-PA como invasores de outros territórios, de vizinhança mais próxima ou mais distante, caso da ilha do Marajó-PA¹⁹.

¹⁶ Cabe lembrar que quase 85% da população brasileira habita em áreas consideradas urbanas (0,63% do território nacional e na região norte do Brasil, onde se situa grande parte da Amazônia brasileira, este percentual ultrapassa 70%. (EMBRAPA, 2017; FARIAS *et al.*, 2017).

¹⁷ Evocamos aqui, sobretudo, as análises de Leonardo Avritzer (2016) sobre a crise política que atravessa o Brasil, conferindo importância às mudanças verificadas nas classes médias nos últimos anos e as mudanças de opinião que elas manifestaram no plano social e no plano político.

¹⁸ A Resex Caeté-Taperaçu foi criada em 23 de maio de 2005, após ser mudado o perímetro inicial projetado, que incluía a praia de Ajuruteua e comunidades de pescadores.

¹⁹ Além da fragilidade no controle das práticas de pesca, verifica-se uma ausência do controle fiscal dos produtos dessa atividade que contribui para compreender como, apesar da riqueza produzida, Bragança-PA dispõe de pouco

Nesse município, em expansão urbana, a implantação da Resex constituiu uma etapa nova a contribuir com a ambientalização do contexto local, manifesta na mudança de discurso dos líderes das comunidades de populações tradicionais, assim como de suas práticas profissionais. Marcelo do Vale Oliveira (2017) explica tal mudança de discurso e de práticas pela vontade dessas populações de sair do isolamento e aceder a um reconhecimento na forma de uma visibilidade, da qual não puderam se beneficiar até o presente, através de eventos culturais, de seu modo de vida, de seus saberes-fazer extrativistas resultantes da originalidade das relações que elas mantêm com a natureza. Segundo Oliveira (2017), essa necessidade de reconhecimento e a busca de visibilidade desempenharam papel importante na mobilização das comunidades no processo de implantação da Reserva e de sua participação nos debates relacionados a tal ação²⁰.

A mobilização das comunidades beneficiou-se, como ocorrido no conjunto dos territórios amazônicos (TEISSERENC, 2009), do apoio ativo de uma Igreja Católica sob a influência da Teologia da Libertação; apoio que resultou em importantes efeitos na organização dos povoados em comunidades e na formação de seus líderes. Em Bragança-PA, esse apoio se concretizou pelo ativismo de um dos líderes locais bastante implicado no movimento pela criação da Resex, um padre da diocese, militante do Partido dos Trabalhadores (PT), que conseguiu ser eleito Prefeito do município em 2012. A gestão que se seguiu originou um distanciamento entre a esfera religiosa e a esfera política²¹ implicando em desmobilização das comunidades justamente em um momento em que se passaria a aplicar o instrumento de gestão da Resex (Plano de Manejo) naquele ano publicado.

Percebemos a importância dessa desmobilização das comunidades quando, durante a pesquisa realizada, encontramos pessoas como a esposa de um antigo líder, já falecido na ocasião, da associação ligada à Igreja Católica que desempenhou papel ativo em favor da criação da Reserva Extrativista e de sua implementação. Ela nos contou sobre o entusiasmo, à

recurso para a gestão do município, uma vez figurar no conjunto dos mais pobres do país possuindo população entre 80.000 e 120.000 habitantes.

²⁰ Do lado dos poderes públicos locais, um dos efeitos desta ambientalização materializou-se em 2006 na forma de um Plano Diretor (Lei n. 3.875, de 10 de outubro de 2006) contemplando a implantação da Agenda 21 local, manifestando assim disposição política para uma gestão pública conforme às exigências ambientais; para tal, no entanto, o município não se deu até hoje os meios de realização.

²¹ Um de nossos interlocutores reconhece que como padre de uma das paróquias de Bragança-PA ele foi uma “grande liderança” e que muito apoiou a criação da Resex. Para tal mobilizando as comunidades através de uma visão social do trabalho, sustentando ao mesmo tempo a agricultura familiar e sensibilizando as pessoas para uma organização da vida cotidiana. Sua eleição suscitou, segundo o interlocutor, uma grande esperança em relação às promessas feitas antes e durante a campanha, mas a decepção, assim como a esperança, foi grande. Esperava-se dele a resolução dos problemas de corrupção. “Mas ele foi vítima do meio político” (Líder associativo, entrevistado em outubro de 2016).

época, para que as famílias de pescadores residentes da comunidade fossem reconhecidas como usuárias da Reserva e como, com o tempo, os comportamentos dos membros da comunidade foram mudando para chegar à situação atual em que a participação às reuniões é cada vez mais aleatória e depende dos resultados que cada um espera a título pessoal, em um contexto no qual o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), agência governamental responsável pela execução da política habitacional para os usuários das Reservas, não respeitou o compromisso de financiamento para o caso daqueles integrados em comunidades situadas em zona urbana.

A perda de mobilização se explica em parte porque os usuários que alcançam a aposentadoria não são substituídos por pessoas mais jovens; os muitos conflitos e exigências da Reserva amedrontam potenciais candidatos. Tal perda, estaria na origem de uma deterioração da vida coletiva da comunidade que se limita à organização de mutirões para a paróquia e a reclamar à Prefeitura a criação de um sistema de saneamento e medidas para evitar que se despejem resíduos e esgotos no rio. Em alguns anos essa comunidade perdeu sua capacidade de se auto constituir, perdeu um potencial de mobilização²² e se transformou em um bairro urbano composto por uma população de perfil clássico.

O testemunho anteriormente referido vai ao encontro da perspectiva do presidente de uma associação comunitária fortemente mobilizada pela criação da Resex e que mais tarde volta-se para a questão da gestão do lixo, assim como para os problemas de insegurança ligados ao tráfico de drogas. Esse presidente constata a incapacidade da associação de assumir compromissos em um contexto em que a prefeitura não apresenta projetos para sanear os problemas de poluição e da insegurança. Para esse senhor, todas as vezes que a questão a ser tratada na associação diz respeito ao interesse do grupo, as pessoas não comparecem e quando comparecem elas se retiram todas as vezes em que as questões são referidas.

A paralisia da mobilização, a ausência de solidariedade entre os habitantes e o engajamento ligado apenas à satisfação de um benefício pessoal, identificados pelos nossos interlocutores, e por eles explicados em termos culturais – “é a mentalidade do povo” –, são significativos de uma situação de dependência, aqui já descrita, característica do sistema de dominação (GEFFRAY, 1996) que se manifesta nas relações individuais e pessoais entre dominados e dominantes. Trata-se da dominação pessoal bem analisada por Queiroz (1976); o dominado tanto interiorizou os fatores da dominação que ele jamais põe em causa o dominante

²² Sobre uma situação correspondente, mas em outro contexto, ver a análise de Horácio Antunes de Sant’Ana Jr. e Ana Carolina Pires de Miranda (2013).

na explicação de seus infortúnios²³. O que nossos interlocutores interpretam como resultantes da cultura do povo nada mais é que a interiorização da dependência a ponto de naturalizá-la²⁴.

A ausência de compromissos coletivos em torno de questões que dizem respeito ao conjunto dos habitantes do bairro é, além disso, sintomático do medo, efeito característico do sistema de poder local sobre as populações (TEISSERENC, 2016b); o medo de ser denunciado, pelos vizinhos, refreia tomadas de posição publicamente, o que confirma a permanência da dominação exercida pelo poder local.

Noutra localidade de Bragança-PA, no balneário de Ajuruteua, em entrevista com o presidente da Vila dos Pescadores, situada na vizinhança, pôde-se verificar a posição ambígua adotada pelo entrevistado, membro do Conselho Deliberativo da Resex Caeté-Taperaçu, sobre o projeto de modernização da orla de Ajuruteua com vistas ao desenvolvimento do turismo. Um projeto envolvendo a Prefeitura, algumas grandes famílias de proprietários de terrenos, serviços técnicos do estado do Pará, experts, inclusive do polo universitário da Universidade Federal do Pará em Bragança etc.; um projeto contra o qual a comunidade lutou dado o compulsório deslocamento da Vila dos Pescadores justificado quando da criação da Reserva Extrativista excluindo Ajuruteua. Para justificar sua posição, o presidente da Vila dos Pescadores apresentou a complementaridade dos interesses entre a estação balneária através da venda direta da produção local aos visitantes, a oportunidade para jovens e mulheres trabalharem durante os períodos de maior frequência devido a férias e ao verão. “Esqueceu” de evocar o presidente que, apesar da proximidade geográfica, na Vila não há nem bar nem pousada, nem restaurante para receber os turistas, também lá não chega o serviço de abastecimento de água, nem de saneamento, tampouco de gestão do lixo; que os pescadores veem suas atividades frequentemente perturbadas pelos turistas, pessoas que abandonam seus lixos na maré, enquanto os problemas de insegurança, tráfico de drogas e prostituição aumentam.

Para alcançar seus objetivos a Prefeitura e seus aliados aproveitaram da postura ambígua adotada pela Vila dos Pescadores e por seu presidente, avançando em seu projeto turístico para Ajuruteua sem contemplar exigências ambientais. E do acompanhamento feito pela Prefeitura durante a elaboração do Plano de Manejo da Reserva se obteve a não incidência do perímetro da área protegida sobre a praia de Ajuruteua. Ao agir dessa forma a Prefeitura, sem nenhuma

²³ Como já indicado as tensões inerentes a essas relações “estão profundamente ocultas” e desse modo evita-se a “emergência da consciência dos dominados” (BOTELHO, 2019, p. 95).

²⁴ Podemos interpretar no mesmo sentido o ponto de vista de vários de nossos interlocutores sobre o padre que foi eleito prefeito, não reprovado pela decepção causada por sua gestão nem julgado responsável pelo fracasso de seu mandato na medida em que teria sido vítima do meio político dominado por interesses que prevaleceram em detrimento de seus compromissos de campanha.

ambiguidade, pôs em causa a ambientalização de seu território, paradoxalmente contando como o apoio da comunidade da Vila dos Pescadores, onde habitam usuários da Resex, e do seu presidente.

Uma dominação através do domínio do saber

Lembremos, uma das vantagens de Bragança-PA e de sua Resex está em poder se beneficiar de um polo da Universidade Federal do Pará (UFPA). O Campus da UFPA em Bragança-PA no fim dos anos de 1990 esteve diretamente ligado ao Programa de Manejo e Dinâmica em Áreas de Manguezais (1995-2005), também conhecido como projeto Madam. Este Programa constituiu-se em uma iniciativa integrada a uma política de conservação dirigida para os ecossistemas costeiros do norte dos estados do Pará e Amapá onde, prolongando-se a Leste até o estado do Maranhão, se concentram 20% das florestas de Mangue do Brasil. As atividades do Madam, foram iniciadas em 1996, a partir de um acordo de cooperação entre o Brasil e a Alemanha que contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e com o Centro de Ecologia Marinha e Tropical da Universidade de Bremen, o que dinamizou fortemente o Programa de Pós-graduação em Biologia Ambiental do Campus UFPA/Bragança. Buscava-se naquele momento a produção de conhecimento sobre os ecossistemas costeiros e sua sustentabilidade, neles considerando os modos de vida, saberes e práticas das chamadas populações tradicionais dos manguezais e áreas estuarinas (OLIVEIRA, 2017). Essa iniciativa forneceu um importante conjunto de estudos que alimentaram o debate quando da criação da Resex e permitiram um conhecimento mais abrangente do território e de seus recursos. É incontestável que os debates entre as comunidades e os experts, técnicos e cientistas enriquecidos pela pesquisa confortaram a mobilização dos membros das comunidades e contribuíram decisivamente para a ambientalização do contexto territorial.

Esse engajamento da Universidade, no entanto, encontrou seus limites à medida em que a implantação da Resex foi avançando. O caráter acadêmico de suas produções e os mal-entendidos quanto à sua utilização foram decisivos para tal, entendendo-se aqui por caráter acadêmico os limites epistemológicos e metodológicos que dificultam os compromissos para satisfazer as condições de participação das populações na elaboração de ferramentas, como os diferentes diagnósticos, ou os instrumentos de gestão e de manejo, que estipulam intercâmbios e reciprocidade na produção da pesquisa e sua difusão. Esta dificuldade é reveladora da maneira como a universidade assume sua missão de valorização dos *saberes* das populações tradicionais

e dos problemas encontrados para reconhecê-los nos meios acadêmicos, técnicos e políticos²⁵. Em Bragança-PA, esta dificuldade apareceu na forma de um desentendimento entre comunidades e Universidade por ocasião de um evento científico²⁶ que entre outros marcava duas décadas do início do Programa Madam com um esforço para mostrar, sobretudo aos usuários da Resex, os resultados das pesquisas realizadas. Na ocasião observou-se que a questão do reconhecimento fora apresentada como o resultado de um trabalho baseado no entendimento de que os *saberes nativos* são equivalentes aos saberes acadêmicos e que, para ter a contribuição destes ao enriquecimento daqueles, tratava de formalizá-los (formatá-los?). Durante o evento, esse mal-entendido não se constituiu em objeto de reivindicação claramente enunciado. No entanto, ele emergiu na forma de um mal-estar em representantes de comunidades usuárias da Resex que perceberam como esta maneira de apresentar a problemática baseava-se numa hierarquização entre os saberes acadêmicos e os *saberes nativos*, aqueles conhecimentos inscritos nos fazeres e não escritos sobre eles. Hierarquia não somente entre os saberes, mas entre seus detentores que como consequência trazia a exploração dos saberes nativos pelo que representam; a saber, um estado da experiência dos membros das comunidades – caso de toda experiência social produzida em um ambiente particular – que os fazem detentores de uma competência social em termos de conhecimentos, de *savoir-faire* e de destreza (*savoir-être*) que, em razão disso, são convidados em um contexto conveniente a valorizá-los²⁷. O resultado é que a produção advinda desta concepção dos *saberes nativos* não permite a seus detentores – as chamadas populações tradicionais – usufruir desse reconhecimento, de se beneficiar das pesquisas sobre o tema para organizar a Resex, como verificado por ocasião da elaboração de seu Plano de Manejo.

O segundo mal-entendido diz respeito ao uso feito pelos pesquisadores da exploração desses *saberes nativos*. No já referido evento científico, organizado em parte como balanço do Programa Madam, apenas alguns raros líderes das comunidades (embora todos tenham sido

²⁵ Lembramos que este reconhecimento é um dos fundamentos da Resex enquanto instrumento de política pública implementado a partir de um contrato (Contrato de Concessão de Direito Real de Uso) entre o Estado e segmentos de populações, autorizando-os ao uso de um território e a partir do reconhecimento do direito desses segmentos nele viver. Em contrapartida, tais segmentos colaboram com seus saberes e práticas em uma gestão desse território em conformidade com exigências ambientais (TEISSERENC, 2009).

²⁶ O tema do evento científico foi o reconhecimento desses *saberes nativos* no âmbito da gestão da Resex Caeté-Taperaçu.

²⁷ Para dar conta da diferença entre os saberes nativos e os saberes da ciência, compartilhamos da perspectiva de Michel de Certeau (1980). Para este autor a fronteira existente entre essas duas formas de conhecimento “não separa mais dois saberes hierarquizados, um especulativo, outro ligado às particularidades, um ocupado em ler a ordem do mundo e outro com o detalhe das coisas em um registro fixado pelo primeiro, mas ela opõe práticas articuladas pelo discurso àquelas que não o são (ainda)” (CERTEAU, 1980, p. 131). Assim, a valorização dos saberes nativos está em lhes oferecer o discurso que convém ao seu reconhecimento.

convidados) presentes entrevistaram. Em suas intervenções, foi demandada certa prestação de contas acerca do tratamento dado aos *saberes nativos*, cuja valorização e reconhecimento têm legitimado o conhecimento científico em um contexto de ambientalização, e acerca do uso feito pelos pesquisadores em suas carreiras profissionais, das pesquisas realizadas com a participação das comunidades locais. Foram lembradas, em resposta às interpelações, duas a três teses de doutorado defendidas em universidades da Alemanha, país parceiro no Programa Madam, além de inúmeras dissertações de mestrado e de trabalhos de conclusão de graduação realizadas na Universidade Federal do Pará, nas unidades de Belém e de Bragança. Tal mal-entendido é representativo do valor simbólico dos recursos intercambiados entre as comunidades e os pesquisadores; recursos que, no mundo acadêmico, adquirem um valor de mercado e permitem aos produtores de pesquisas obter diplomas, graus, funções etc. independentemente dos benefícios que provavelmente as populações tradicionais esperam em termos de valorização e de reconhecimento de seus *saberes nativos*. A propósito, o intercâmbio em questão constitui uma troca desigual; e uma das razões do mal-entendido que produz essa troca desigual de bens simbólicos entre pesquisadores e populações tradicionais é que, para essas últimas, esta troca deve ser apreciada não somente na esfera acadêmica mas também na esfera política, uma vez que um dos efeitos esperados dessas pesquisas é que se constituam em contribuições a um debate de novo tipo no seio do Conselho Deliberativo da Resex sobre desafios sociotécnicos e ambientais (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001). Além disso é significativa a ausência de respostas a essas questões pelos universitários presentes, pois para eles polêmicas, e o apoio recebido portanto dos representantes da Prefeitura e um ou outro órgão parceiro.

Esses mal-entendidos ilustram a permanência de uma forma de dominação na esfera do conhecimento que se manifesta pela exploração dos saberes enquanto recursos simbólicos (BOURDIEU, 1992) por parte dos que detêm a legitimidade de seu reconhecimento e o poder que o acompanha. Esta situação interfere na esfera política uma vez que as produções resultantes da exploração desses recursos pelos detentores legítimos do poder na esfera do conhecimento contribuem para as mudanças de práticas que afetam à organização e a gestão da sociedade local; e, como tal, o funcionamento e o trabalho do Conselho Deliberativo.

Como demonstrado por Pierre Bourdieu (1992), o uso desses recursos simbólicos deve ser avaliado em função de sua eficácia enquanto resultado de ações engajadas, mas também em razão de sua contribuição para a dissimulação das relações de dominação (BOURDIEU, 1976); sobre tais relações tratamos anteriormente neste artigo a propósito do aviamento. Desse ponto de vista, a ausência de oposições formais por parte das comunidades ao tratamento dos *saberes*

nativos pelo meio acadêmico e o fato de limitar suas reações a um mal-estar que não se concretiza em reivindicações são significativas de um consentimento pelos que não percebem que o tratamento imposto aos seus *savoir-faire* corresponde a uma maneira de mantê-los em uma dependência da qual tira bom proveito o dominante. Marcelo do Vale Oliveira (2017, p.87) não se equivoca ao apresentar esta relação como originada numa “divisão conflituosa entre Universidade e comunidades, que evidencia a relação assimétrica entre os conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais, onde há grupos acadêmicos e cientistas que buscam desqualificar os conhecimentos tradicionais”.

Em meio às consequências das dificuldades encontradas pela Universidade em conferir o justo valor aos *saberes nativos* das populações tradicionais, consideremos o seguinte fato. As pesquisas produzidas pelo meio acadêmico não contribuíram com os debates que acompanharam a elaboração do Plano de Manejo e não permitiram transformá-los em debates sociotécnicos para responder aos desafios ambientais (CALLON; LASCOUMES; BARTHE, 2001) e para fundamentar o trabalho de deliberação. O distanciamento do meio acadêmico neste caso deixou livre o caminho para disputas, conflitos e usos políticos que levaram à paralisia do Conselho Deliberativo, colocando com isso em causa a ambientalização.

Dominação pelo controle dos instrumentos de ações públicas

Em meio às ferramentas colocadas à disposição da Resex para a gestão de seu território, em termos de utilização adequada dos recursos, o Conselho Deliberativo, espaço público de debates animados pelos representantes das comunidades e seus parceiros técnicos e políticos, presidido por uma pessoa do quadro técnico do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) enquanto representante do Estado, é sem dúvida nenhuma, a ferramenta mais importante de pilotagem. Aqui, o nosso interesse maior é pelo trabalho de elaboração do Plano de Manejo – outra importante ferramenta – pelo Conselho, com vistas a tratar das razões que conduziram à paralisia de seu funcionamento, dez anos após a criação da Reserva.

Considerando a constatação à época de que a quantidade do peixe vinha diminuindo, que não se tinha controle sobre a pesca nas águas do território alcançadas por frotas vindas de outros estados, do Ceará sobretudo, utilizando técnicas de pesca pouco respeitadas das regras em vigor (OLIVEIRA, 2017), disso resultando conflitos com os pescadores locais, esta paralisia do Conselho Deliberativo há de causar surpresa, pois o Plano de Manejo como ferramenta privilegiada de gestão ambiental do território era esperado como uma etapa essencial para

garantir sua existência futura pelo controle do uso de seus recursos com base em uma prioridade reconhecida: “a questão ambiental, a ideia de sustentabilidade, de cooperação, de conscientização da finitude dos recursos e da atuação coletiva dos grupos, cujo modo de vida é intrínseco ao manguezal” (OLIVEIRA, 2017, p. 76). Uma tal situação oferecia as condições ideais para se produzir um Plano de Manejo adaptado às expectativas dos usuários da Resex.

Mas, contrariamente ao que se esperava, a elaboração do Plano de Manejo suscitou inúmeros conflitos. Inicialmente opondo os representantes das comunidades no seio do Conselho ao segundo técnico do ICMBio a assumir suas funções partir de 2014; um outro conflito opunha a Associação dos Usuários da Reseva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu (Assuremacata) a esse mesmo técnico nele se reprovando arbitragens injustificadas, sem levar em conta as apreciações dos representantes das comunidades, e o fato de assumir uma função político-partidária (OLIVEIRA, 2017, p. 127)²⁸. Essas divergências manifestaram-se especialmente quando se tratava das regras de uso do “curral”²⁹:

[...] as discussões tenderam a ser conflituosas e tensas em relação à quantidade de madeira necessária para a construção dessa tecnologia de pesca, o que é diretamente proporcional ao tamanho repercutindo em menores currais ou na divisão de pescadores de um curral, ou de um pesqueiro, de um território de pesca (OLIVEIRA, 2017, p. 165).

Manifestaram-se também nas discussões sobre as práticas de extração do caranguejo em que as críticas se dirigiam ao fato de que as proposições faziam muito pouca referência aos *savoirs-faire* tradicionais, embora tenha sido o caso durante a coleta de dados realizada pelos *experts*. Nos dois casos, o confronto entre conhecimentos manifestou-se em acusações por parte dos detentores dos saberes e práticas tradicionais quanto à sua posição marginal no Plano de Manejo, do qual se ausentou o meio acadêmico aqui já tratado. Disso resultou, segundo o Secretário do Meio Ambiente de Bragança à época, 2016, uma incompreensão entre os representantes das comunidades e seus parceiros técnicos, promovendo com isso uma visibilização de conflitos de toda ordem³⁰, pessoais e políticos envolvendo pessoas da Assuremacata, cujos papéis foram desempenhados de modo a favorecer uns em detrimento de

²⁸ A importância desses conflitos explica por que à elaboração do Plano de Manejo foram necessárias três tentativas diferentes sem resultados significativos, o que deu origem a ameaças de morte ao segundo técnico do ICMBio que assumiu a direção da Reserva, mas que, por isso, foi obrigado a se demitir do cargo (SILVA, 2018).

²⁹ “O curral é uma armadilha fixa, em forma de cerca feita de varas de madeira, armadas em beiras de praias ou bancos de areia, no meio dos rios ou do mar, com aproximadamente 20 a 30 metros de extensão. Possui uma abertura por onde os peixes penetram durante a maré cheia e, com a baixa-mar, ficam aprisionados, quando então os pescadores procedem à despesca” (MORAES, 2007, p. 56).

³⁰ Para mais detalhes sobre tais conflitos ver a tese de Marcelo Oliveira (2017).

outros, desviando-se assim de uma institucionalidade representativa de interesses coletivos, o que repercutiu em descontinuação dos trabalhos do Conselho da Reserva que, na altura já não se reunia há três anos.

A resposta então ao desafio ambiental no âmbito da Reserva que necessitava de um engajamento coletivo em ações territoriais foi concedendo pouco a pouco o espaço a relações conflituosas e de concorrência em todos os níveis de organização da sociedade local, entre as comunidades e seus representantes no Conselho Deliberativo, entre esses representantes e os técnicos do ICMBio, ou ainda entre esses representantes e os do governo municipal, entre os membros da Associação e seu presidente, entre a Associação e o ICMBio, todos acusados, por sua vez, como responsáveis da ausência de resultados da Reserva e/ou de desvios de recursos para fins pessoais. Em tal situação, como lembrou o Secretário do Meio Ambiente, a partir do momento em que, considerando os desafios ambientais, estes põem em causa vantagens individuais, os conflitos trazem um duplo efeito: o de transformar, inicialmente, o conjunto das relações interpessoais em relações conflituosas para, em seguida, mudar os conflitos pessoais em conflitos institucionais e políticos. No caso, pode-se perceber que, na ocorrência de um recuo das esferas religiosa e científica, a esfera política ficou livre para implementar suas estratégias de controle das ferramentas e dos recursos que foram implantados no território com a criação da Resex, impondo assim sua dominação. Essa influência foi exercida tanto pela intervenção direta dos políticos – em particular a prefeitura – nas relações interpessoais entre os membros das comunidades, seus representantes no Conselho Deliberativo e seus parceiros, quanto por intermediários, exteriores à Reserva, emanando de partidos políticos. Particularmente isso foi verificado no caso do projeto de desenvolvimento turístico da orla de Ajuruteua. Compreende-se assim por que a maior parte dos representantes eleitos são raramente líderes locais e sim os enviados pelos partidos políticos que financiam suas campanhas com o apoio da prefeitura, de deputados ou redes de poder. Note-se especialmente o caso do presidente da Assuremacata, à época, assim como de seu antecessor, fazendo com que muitas comunidades restem dependentes dos eleitos contra os quais as resistências comunitárias são impotentes. Compreende-se mais amplamente assim as relações conflituosas entre a Assuremacata, certos membros do Conselho Deliberativo e seu Presidente. Sobre uma Associação dividida pela defesa de interesses contraditórios de seus membros ou cismas entre as comunidades e seus representantes, há a influência do poder local e dos líderes políticos, fragilizando seu papel institucional. Assim, também se compreende adequadamente a paralisia do Conselho, sua incapacidade de deliberar em razão do não reconhecimento da legitimidade das populações

tradicionais – sobretudo em razão do difícil reconhecimento de seus *saberes nativos* – e do não reconhecimento dissimulado da ambientalização dinamizada com a criação da Resex. Em tal contexto, diferente do observado com os processos de criação e implementação de Resex em São João da Ponta e em Curuçá, o político impôs seu jogo, suas disputas, suas regras e seu sistema de dominação.

Conclusões

A história da Reserva Extrativista Marinha Caeté-Taperaçu poderia ser escrita na forma de um romance policial para explicar como um território que dispõe tanto de recursos e de oportunidades no momento de implantação de uma área ambientalmente protegida, como a Reserva, foi concedendo espaço ao que Bruno Latour (2017, p. 30-31, tradução nossa) chama de “elites obscurantistas [...] que decidiram de se livrar rapidamente de todos os fardos da solidariedade” e, especialmente, de tudo o que pudesse facilitar a ambientalização desse território, assim aceitando uma situação na qual se impõe o sistema de poder tradicional na forma de uma dominação que se exerce por meio de práticas autoritárias – ameaças, violências e conflitos de várias ordens. Procuramos mostrar que, ao contrário das duas outras Reservas de municípios vizinhos, a de Curuçá e a de São João da Ponta, a de Bragança-PA passou por um recuo progressivo dos parceiros capazes de desempenhar um papel regulador favorável à transformação de seu território em um novo espaço no qual a gestão colocasse em causa o sistema de dominação e as práticas autoritárias que o caracterizam. Em Bragança-PA, os atores legitimados na esfera do conhecimento, os universitários que, apesar da proximidade com as problemáticas do campo ambiental não conseguiram adaptar suas competências legítimas ao desempenho de um papel social e político desejável em um contexto no qual ambientalização se impõe não em contornos definidos claramente, mas como um desafio a esclarecer e vencer coletivamente. Nesse sentido, o papel desse ator universitário é tão importante que sua legitimidade o permite assumir uma função essencial na valorização dos *saberes nativos* e no reconhecimento das populações tradicionais e que se trata de um interlocutor reconhecido pelos parceiros técnicos e científicos; aliás, muitos desses parceiros foram formados pela Universidade e respeitam o saber e a competência nela adquiridos.

O segundo ator chamado a desempenhar um papel importante na regulação dos jogos de poder foi a Igreja Católica, dada a vantajosa posição ocupada à época. Um padre foi eleito prefeito do município. Uma eleição para a qual foi determinante o apoio do movimento pela criação da Reserva, do qual o padre participou ativamente, angariando na experiência grande

consideração principalmente por parte das comunidades. No entanto, o seu mandato (2013-2016) problemático e a ausência de uma alternativa convincente levaram a uma diminuição do poder regulador da Igreja e do impacto em termos de apoio e da inovação esperada de sua mensagem evangélica.

O recuo desses dois grandes parceiros e das esferas por eles representadas – científica e religiosa – não se constitui no único fator explicativo do cenário que terminou por se estabelecer. No entanto este recuo permite compreender como esta Reserva, perdendo de vista as finalidades ambientais de seu projeto, não conseguiu se apropriar das novas ferramentas postas a seu serviço para fazer uma melhor gestão de seus recursos, não foi capaz de ir até o fim no reconhecimento das populações tradicionais enquanto conjuntos de cidadãos plenos de um território em desenvolvimento sustentável, como se verificou pouco a pouco a uma desagregação nos compromissos coletivos em benefício de estratégias individuais de atores para obter os benefícios dos recursos oferecidos pela Reserva obedecendo imperativos informados na ideia de liberdade individual, como o espírito e as práticas de solidariedade social e ambiental contidas no projeto da Reserva foram abandonadas dando lugar à desconfiança, às ameaças e a conflitos vários. O resultado disso foi o ataque à legitimidade dos principais atores, acusados de defender seus interesses pessoais em detrimento do interesse geral e de agir conforme imposições da esfera política que se aproveita da nova situação para expandir sua influência territorial e assim impor sua dominação.

Essa experiência corrobora a tese desenvolvida por André Botelho (2019) segundo a qual existiria um paralelo entre a fragmentação das formas de solidariedade e a fragmentação da capacidade de ação coletiva que necessita, cada vez, de condições favoráveis à sua operacionalização. Esta dupla fragmentação, por sua vez, é explicada pela preeminência de “uma lógica privatista no próprio funcionamento das instituições do Estado e a naturalização de assimetrias sociais profundas” (BOTELHO, 2019, p. 235). Abrindo-se o caminho para essas fragmentações com o recuo das esferas religiosa e científica, a situação da Reserva afeta “as formas de participação social, limitando o alcance do processo de democratização da sociedade brasileira” (BOTELHO, 2019, p. 235) que continua assim a se impor “fragmentada, excludente e autocrática” (BOTELHO, 2019, p. 236). Nas duas últimas administrações - de 2017 até aqui – os projetos priorizados pela prefeitura não consideram as exigências ambientais, a exemplo da “modernização” para o turismo em Ajuruteua; suas intervenções têm contribuído para a intensificação dos conflitos contrariando assim os interesses das comunidades. Essa maneira de

agir do poder público, origem do fracasso do projeto anterior, ilustra “as reviravoltas da espiral da democratização do Brasil contemporâneo” (BOTELHO, 2019, p. 184).

REFERÊNCIAS

AGUILERA, J. Manguezais mais preservados do mundo sofrem com atividades predatórias e plástico. **Jornal Modifica**, 10 ago. 2021. Disponível em: <https://www.modifica.com.br/amazonia-manguezais-clima/>. Acesso em: 19 set. 2023.

AVRITZER, L. **Impasses da democracy no Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

BOTELHO, A. **O retorno da sociedade**. Política e interpretações do Brasil. Petrópolis: Vozes, 2019.

BOURDIEU, P. Les modes de domination. **Actes de la Recherche en sciences sociales**, [S. l.], n. 2-3, p. 122-132, jun. 1976.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BRASIL. **Decreto n. 10.341, de 06 de maio de 2020**. Autoriza o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.341-de-6-de-maio-de-2020-255615699>. Acesso em: 20 set. 2023.

CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Agir dans un monde incertain**. Essai sur la démocratie technique, Paris, Seuil, 2001. (La couleur des idées).

CERTEAU, M. **L'invention du quotidien**. Paris : UGE, 1980. (1. Arts de faire).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA (EMBRAPA). **Mais de 80% da população brasileira habita 0,63% do território nacional**. 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/28840923/mais-de-80-da-populacao-brasileira-habita-063-do-territorio-nacional>. Acesso em: 19 set. 2023.

FARIAS, A. R.; MINGOTI, R.; VALLE, L. B.; SPADOTTO, C. A.; LOVISI FILHO, E. **Identificação, mapeamento e quantificação das áreas urbanas do Brasil**. Comunicado Técnico. Campinas, SP: Embrapa, 2017. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1069928/identificacao-mapeamento-e-quantificacao-das-areas-urbanas-do-brasil>. Acesso em: 19 set. 2023.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: Unesp, 1997.

FREYRE, G. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

GEFFRAY, C. Le modèle de l'exploitation paternaliste. **Lusotopie**, L'oppression paternaliste au Brésil, n. 3, p. 153-162, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/luso_1257-0273_1996_num_3_1?sectionId=luso_1257-0273_1996_num_3_1_1027. Acesso em: 20 set. 2023.

JACOBI, P. R. Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S. l.], v. 7, n. 3, p. 443-454, 2002.

LAGROYE, J. (org.). **La politisation**. Paris: Belin, 2003.

LATOURE, B. **Où atterrir? Comment s'orienter en politique?** Paris: La Découverte, 2017.

LEITE LOPES, J. S. Sobre processos de “Ambientalização” de conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, jan./jun. 2006.

LÉNA, P. Les rapports de dépendance personnelle au Brésil. Permanence et transformations. **Lusotopie**, L'oppression paternaliste au Brésil, n. 3, p.111-122, 1996. Disponível em: https://www.persee.fr/issue/luso_1257-0273_1996_num_3_1?sectionId=luso_1257-0273_1996_num_3_1_1027. Acesso em: 20 set. 2023.

MEIRA, M. **A persistência do Aviamento: Colonialismo e História Indígena no noroeste Amazônico**. São Paulo: EDUFSCar, 2018.

MORAES, S. C. **Uma arqueologia dos saberes da pesca: Amazônia e Nordeste**. Belém: EDUFPA, 2007.

OLIVEIRA, M. V. C.; HENRIQUE, M. C. No meio do caminho havia um mangue: impactos socioambientais da estrada Bragança-Ajuruteura, Pará. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 497-514, abr.-jun. 2018.

OLIVEIRA, M. V. **Plano de Manejo da RESEX Marinha Caeté-Taperaçu: coprodução de uma ação pública em um território em recomposição**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

QUEIROZ, M. I. P. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SANT'ANA JUNIOR, H. A.; PIRES MIRANDA, A. C. Conflitos ambientais na Amazônia e a construção de categorias sociológicas e jurídicas: análise da expressão “povos e comunidades tradicionais”. **Revista Pós Ciências Sociais**, [S. l.], v. 10, n. 20, p. 103-120, jul/dez. 2013.

SCHWARCZ, L. M. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, T. I. **Conflitos sociais e partilha de políticas públicas: A atuação da associação dos usuários da RESEX Caeté-Taperaçu; Bragança-PA**. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

TEISSERENC, M. J. S. A. Politização, ambientalização e desenvolvimento territorial em Reservas Extrativistas. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 229-242, maio-/ago. 2016.

TEISSERENC, M. J. S. A.; TEISSERENC, P. Capítulo 7: Terrestre, ambientalização e poder: uma reflexão sobre a experiência de Caeté-Taperaçu, uma RESEX marinha na Amazônia. *In*: TEISSERENC, P.; TEISSERENC, M. J. da S. A.; ROCHA, G. de M. (org.). **Gestão da água: desafios sociopolíticos e sociotécnicos na Amazônia e no nordeste brasileiros**. Belém: NUMA/ UFPA, 2020. p. 195-233.

TEISSERENC, P. Les RESEXs: Un instrument au service des politiques de développement durable en Amazonie brésilienne. **Revista Pós-Ciências Sociais**, São Luís, v. 6, n. 12, p.41-68, 2009.

TEISSERENC, P. As vias de integração da mobilização social no campo político. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p.243-259, maio/ago. 2016a.

TEISSERENC, P. Poder local e condições de sua renovação na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, [S. l.], v 19, n. 1, p. 47-70, jan./abr. 2016b.

VANDERBERGHE, F. Bolsonaro ou les termites du Brésil. **AOC**, 29 mar. 2021. Disponível em: <https://aoc.media/opinion/2021/03/28/bolsonaro-ou-les-termites-du-bresil/>. Acesso em: 20 set. 2023.

VIANNA, F. J. O. **Populações meridionais do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Governo do Estado do Rio de Janeiro/UFF, 1973.

Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.
Revisão, formatação, normalização e tradução.

